

e por mim solicitado honrou-me, ante-ontem, com a seguinte carta escrita de seu próprio punho:

"São Paulo, 1-10-1963.

Exmo. e Prezadíssimo
Sr. Deputado Dr. Roberto Cardoso Alves
Laudetur J. Christus

Respondendo e correspondendo, à sua estimada carta de hoje, é de justiça que lhe forneça, aqui, o meu público testemunho em honra da sua integral fidelidade de católico militante e consciente; quer quanto aos dogmas, quer quanto aos mandamentos da nossa Santa Religião Católica, Apostólica, Romana.

Ademais, aproveito o ensejo para agradecer-lhe, em nome das arquidioceses de São Paulo e de Aparecida, a sua prestimosa atuação parlamentar em prol da justiça social cristã; e, em prol da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na qual Vossa Excelência se formou.

Para V. Exa. e sua Exma. Família as cordiais bênçãos do servo e amigo grato:

-J. C. Card. Motta
Arceob. Metropolitano".

Lamento a imprudência de Vossa Excelência que, por ter chegado há pouco a São Paulo não teve, ainda, tempo para conhecer os homens que aqui vivem, mas que já o conhecem.

Atenciosamente
Roberto Cardoso Alves"

Essa, Sr. Presidente, a comunicação que tenho a satisfação de fazer, neste instante, a V. Exa., a esta Casa e a São Paulo, desta tribuna que me foi conferida pelo povo.

O SR. NELSON PEREIRA (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acabamos de ouvir, a instantes, a magnífica oração com que brindou esta Casa o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do glorioso Estado irmão da Bahia.

Disse S. Exa. que o Brasil vive, no momento, uma situação de consequências imprevisíveis. Realmente, Sr. Presidente, concordamos "in totum" com as palavras aqui proferidas há pouco: o Brasil vive momento bastante grave, e as consequências desta situação são realmente imprevisíveis. Se não vejamos: a bancada da U.D.N., nesta Casa, acabou, há cerca de uma hora, comunicação de que, esta manhã, na estação da Sorocabana, em Piracicaba, ferroviários se encontravam ali reunidos, pacificamente, estando também presentes o deputado Francisco Salgot Castillon, da U.D.N., e Bento Gonzaga, candidato dessa mesma agremiação. Com a chegada do deputado Domingos Aldrovandi, do P.S.P., à frente de um contingente policial, que denunciava propósitos desordeiros quanto ao movimento dos ferroviários, ameaçando-os com a ação da polícia, surgiram protestos. E a polícia passou a atacar os presentes com bombas de efeito moral e cascate.

Desse distúrbio saíram feridos o deputado Salgot Castillon e mais dois ferroviários.

Como se isso não bastasse, o nosso conterrâneo e vice-líder da bancada da U.D.N., nesta Casa, deputado Francisco Salgot Castillon, além de agredido, foi preso e conduzido à delegacia local, onde, após seria discussão, teve sua prisão relaxada.

Não sei que atitude esta Casa tomará diante de tais fatos. Confio — e confio cegamente — em que V. Exa., Sr. Presidente, há de tomar as medidas mais urgentes e eficazes que o caso, inevitavelmente, requer.

É necessário que, de vez por todas, se ponha cõro a estes abusos cometidos em nome de uma pseudo-legalidade, de uma falsa legalidade. É bem verdade que o exemplo vem de cima, e uma nação como esta, que vive estas horas de agitação — agitação cuja origem todos nós conhecemos — e já, como disse, que o exemplo vem de cima, não é possível que esta Casa silencie e que o povo paulista sofra...

— (São dados apátes anti-regimentais. Tumulto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. NELSON PEREIRA — Sr. Presidente e Srs. deputados, o nobre deputado Costabile Romano, que nos honra com seu aparte, enfiou uma carapuça que não lhe foi endereçada. S. Exa. aceitou uma carapuça que não lhe foi endereçada. Agradeço a colaboração de S. Exa.

— (São dados apátes anti-regimentais.)

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Continua com a palavra o nobre deputado Nelson Pereira.

O SR. NELSON PEREIRA — Muito obrigado, Sr. Presidente. Nessas condições, para terminar, eu aguardaria de V. Exa., Sr. Presidente, com a urgência que se faz necessária, uma providência para o caso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, respondendo à questão de ordem do nobre deputado Nelson Pereira, comunica a S. Exa. que entrará imediatamente em comunicação com as autoridades estaduais competentes a fim de averiguar e inteirar-se dessas ocorrências desagradáveis, e tomará as providências que se fizerem necessárias, procurando sanar qualquer descondição, qualquer arranhão por parte dessas mesmas autoridades ao Poder Legislativo.

O SR. CASSIO CIAMPOLINI — (Sem revisão do orador) — (Para reclamação) — Sr. Presidente, eu me congratulo com V. Exa. pela segurança que dá à Assembleia da que defenderá o nome desta Casa e os seus membros.

No entanto, falando sobre o mesmo assunto que foi trazido a esta Casa pelo nobre deputado Pinheiro Júnior, isto é, a atuação da Comissão de deputados nomeada para entender-se com o Sr. Governador do Estado a respeito da greve dos ferroviários,

desejo declarar que realmente ontem tivemos um entendimento nesta Casa com a presença do líder do Governo, nobre deputado Blota Júnior, e do líder da maioria, nobre deputado Hilário Torloni. E, ao final, combinamos que iríamos à sede do Sindicato dos Ferroviários da Santos-Jundiaí, onde se achavam reunidos representantes dos ferroviários da Sorocabana, da Mogiana e de outras estradas, para aguardar a resposta do Sr. Governador. Entretanto, até as 10 horas da noite não houve nenhuma resposta e a Comissão não recebeu qualquer informação, nem do líder do Governo, nem do líder da maioria, sobre as gestões por S. Exa. tomadas junto ao Sr. Governador. Realmente aquela Comissão ficou aguardando no local marcado a resposta dos líderes do Governo e da maioria. Não tivemos a resposta, mas hoje de manhã os jornais estamparam a resposta, que nos deveria ter sido dada ontem e que, por gentileza do nobre deputado Hilário Torloni, não nos foi trazida. O Sr. Governador respondeu que a Comissão de deputados ficasse por aqui e não fosse lá. Consta da entrevista dada pelo Sr. Governador: "os deputados que fiquem na Assembleia". É uma lição que deve ser por nós aprendida. Não se deve mais fazer ou ouvir comissão para procurar entendimentos com o Sr. Governador, porque S. Exa. não deseja entendimentos nem conversas com os deputados.

Ontem eu achei que o não comparecimento do nobre deputado Hilário Torloni à hora marcada teria sido uma descondição de S. Exa. para conosco. Acho hoje, pelo contrário, que o nobre deputado Hilário Torloni, realmente em consideração aos seus colegas, não teve coragem de nos transmitir e resposta que o Sr. Governador deu e que veio hoje publicada nos jornais. O lugar dos deputados é realmente nesta Casa, votando e defendendo o povo como puderam; se o Sr. Governador realmente deseja não tomar conhecimento das pretensões dos ferroviários, S. Exa. tomará as providências que quiser.

Sr. Presidente, consigno este fato para que todas as vezes que se lembrar a conveniência de formar uma comissão para entrar em entendimento com o Governo, sirva isto de lição e não sejam mais formadas essas comissões.

O SR. HILÁRIO TORLONI — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, os fatos que se passaram ontem seriam de simples e fácil compreensão se antes de tentarem ser interpretados à maneira própria, tivessem os que se erigem em intérpretes procurando aquilo que se chama interpretação autêntica.

Conversamos com aqueles que são os únicos que podem dá-la, porque são os autores, porque são os responsáveis pelos seus atos. Coloque-me, como autor o responsável por meus atos, na condição de considerar-me capaz de, por mim próprio — e exclusivamente — dar interpretação aos meus próprios atos, às minhas próprias atitudes.

O que ocorreu ontem foi simplesmente o seguinte: encarregado pela Comissão de ilustres parlamentares e de líderes de classe a ter entendimentos com o Sr. Governador e de dar uma resposta a essa comissão, que se reuniria em assembleia geral, na Rua Santa Efigênia, a partir das 20 horas, procurei por-me em contato com o Sr. Chefe do Poder Executivo, por telefone. Baldado foi o meu esforço. Fui, pessoalmente, ao Palácio dos Campos Elísios — estava ausente o Sr. Governador. Depois de meia-hora de espera, voltei para esta Casa. Já eram 20 horas. Comuniquei-me com a sede daquele sindicato, cujo telefone me havia sido dado aqui pelo ex-deputado Jethero de Faria Cardoso. Pedi comunicação com o deputado Pinheiro Júnior e com o ex-deputado Jethero de Faria Cardoso. Nenhum dos dois ainda se encontrava — às 20 horas, de ontem — na sede daquele sindicato. Esperei até às 20,30 horas. Tentei uma nova comunicação. Ausentes continuavam eles. Fui atendido em ambas as ocasiões, por alguma senhora ou alguma moça que respondia às chamadas telefônicas.

Tendo que viajar, e atrasado já na minha partida, deixei uma funcionária desta Casa encarregada de tentar, seguidamente, comunicação com esses dois membros da comissão.

Hoje, de volta da viagem, informei-me sobre as condições em que o recado houvera sido dado. Desse-me a funcionária que somente às 21,30 horas da noite conseguira comunicar-se com aquele sindicato, mas, por forma indireta, como o telefone ficara ocupado seguidamente, horas depois ocorrera a ideia de telefonar para o prédio vizinho ao sindicato, chamando para ali o deputado Pinheiro Júnior. E, então, este, telefonando de lá para esta Assembleia recebeu só aquela hora o meu recado de que não havia sido possível manter entrevista com o Sr. Governador, e, portanto, fazer-lhe qualquer consulta sobre as novas e antigas reivindicações dos ferroviários, e dos servidores do DER e do DAE.

Assim se passaram os fatos. Não houve falta de coragem para comparecer a qualquer lugar, porque, da minha parte, não assumi compromisso de comparecer a nenhum lugar ontem a noite, nesta Capital, e muito menos, portanto, àquela assembleia geral, onde nada tinha que fazer, pois não era membro da comissão nem sou ferroviário, nem funcionário do DER ou do DAE, mas apenas, estava encarregado de manter entendimentos com o Sr. Governador e de transmitir o resultado desses entendimentos aos membros daquela comissão. A minha incumbência, del cabo. Esta a explicação. Apenas isto.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para reclamação, o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o nobre depu-

tado Nelson Pereira trouxe ao conhecimento desta Casa um dos fatos mais graves que pode pesar contra a Assembleia Legislativa de São Paulo. Não só S. Exa. teve conhecimento de um ato de violência inominável contra um integrante desta Casa, como também o teve todo o público de São Paulo, através do jornal "Diário da Noite", que em sua página segunda, do primeiro caderno, noticiou que o deputado estadual Francisco Salgot Castillon foi procurado, como se procura um delinquente qualquer, pela polícia de São Paulo, para ser autuado por crime contra a segurança nacional.

Sr. Presidente e Srs. deputados, estamos chegando a uma tal situação que o deputado, que tem todas as garantias conferidas pela Constituição do Estado — e acima de tudo, porque esta Casa sempre lutou pela defesa das liberdades e para a defesa da Constituição, e para a defesa da família de São Paulo — não pode comparecer a uma reunião livre de cidadãos que estão reivindicando os seus direitos sagrados.

Sr. Presidente, o deputado estadual Francisco Salgot Castillon é de um partido antagônico ao meu. Faço parte do Partido Trabalhista Brasileiro, e acho que a polícia de São Paulo, tomando a iniciativa que tomou, mandando prender, como um criminoso qualquer, um homem deste parlamento, que veio para esta Casa através do voto soberano do povo, cometeu um grave erro. Acredito que esta prisão não é exclusivamente contra o deputado da União Democrática Nacional, que, por sinal, segue a mesma linha política do atual Governador de São Paulo, (não apoiado) que segue sempre em seus encaminhamentos e pronunciamentos a mesma linha política, e que em São Paulo vive a proclamar aos quatro cantos do Brasil que a política do Governo Federal outra coisa não tem feito, senão atentar contra os direitos individuais e contra a soberania nacional. No entanto, é essa mesma política do Sr. Governador que prende um representante do povo, exclusivamente porque estava ao lado do operário brasileiro, defendendo seus direitos e seus legítimos interesses.

Portanto, Sr. Presidente, desta tribuna desejo solicitar a V. Exa. que, com a maior urgência possível, para que não se diga amanhã que os deputados desta Casa tomam iniciativas sem ter conhecimentos precisos, para que não se diga amanhã que os deputados de São Paulo cruzam os braços nestes momentos cruciantes, solicito a V. Exa., Sr. Presidente, que imediatamente suspenda esta sessão e seja convocada uma reunião de líderes, a fim de que o Sr. Secretário da Segurança Pública dê todas as explicações necessárias a esta Casa, porque não é possível que um deputado sofra um vexame destes. E V. Exa., como guardião legítimo das nossas aspirações e do povo de São Paulo, deve tomar essa atitude, urgentemente, porque assim exige o decóro e o passado desta Casa.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE — Sr. Presidente, peço a palavra para reclamação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, antes de conceder a palavra, para reclamação, deseja esclarecer ao nobre deputado Costabile Romano que logo após a comunicação desse fato pelo nobre deputado Nelson Pereira, a Presidência comunicou-se com a Secretaria da Segurança Pública. O Sr. Secretário deve encontrar-se nessa secretaria às 18 horas, de vez que, neste momento, está em uma audiência no Palácio dos Campos Elísios, devendo, como disse, retornar às 18 horas à Secretaria da Segurança Pública. Foi informada a Presidência, pela chefia do gabinete, que o ocorrido em Piracicaba já é do conhecimento dessa Pasta e que, com muito prazer, todos os esclarecimentos solicitados serão fornecidos a esta Casa, só não o fazendo o chefe do gabinete pela ausência do Sr. Secretário. A Presidência acolhe a sugestão do nobre deputado Costabile Romano e se coloca à inteira disposição dos Srs. deputados interessados nos esclarecimentos completos sobre esse assunto.

O SR. PAULO PLANET BUARQUE

(Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, a bancada do Movimento Trabalhista Renovador, por meu intermédio, neste instante se associa ao sentimento de pesar que deve ser endereçado ao Sr. Chefe do Executivo bandeirante e ao Sr. Secretário da Segurança Pública que, em atos, passaram a confirmar aquilo que em palavras já teve a oportunidade de manifestar, em comício recente, o Sr. Adhemar de Barros. Disse ele, e tivemos oportunidade de criticá-lo, que "o pau ia comer", aliás uma expressão pouco digna de um Governador de Estado. E, de fato, o pau começou a comer, a rancar, começando pela Assembleia Legislativa de São Paulo, o que constitui realmente uma demonstração de força de S. Exa., o Sr. Governador de São Paulo, porque começa por cima, começa logo pelo Poder Legislativo.

A bancada do Movimento Trabalhista Renovador, associando-se a estas manifestações de pesar, associa-se ainda mais àquela solicitação que vem de ser feita pelo deputado Costabile Romano, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, para que V. Exa. convoque imediatamente uma reunião de líderes com o fim de tratar desse aumento, que é muito mais grave do que se possa pensar. Isto porque no momento em que o Poder Executivo se desmanda e espanca Srs. deputados, cessaram evidentemente todas as garantias constitucionais, pois, se é possível bater num deputado, o que não acontecerá com um simples trabalhador, com um ferroviário, com um homem que não tem as garantias que são concedidas pela Constituição Federal?

V. Exa., Sr. Presidente, deve encarar o fato como realmente deve ser ele encarado, deixando de lado sua condição de representante do Executivo nesta Casa, de representante do Partido Social Progressista, apesar da sua condição de Presidente do Le-

gislativo, para enfeixar os poderes de verdadeiro chefe do Legislativo e exigir do governo que cesse com os seus excessos, porque violência gera violência. Então, o Sr. Governador do Estado não poderá se queixar do que virá a acontecer como represália dos trabalhadores e, porque não dizer, dos deputados. Mas, Sr. Presidente e Srs. deputados, não foi apenas o deputado Francisco Salgot Castillon que foi preso na cidade de Piracicaba. Também foi preso o Sr. José Luiz de Brito, Presidente do Partido Socialista Brasileiro e Presidente da União dos Ferroviários. Além dessas funções que desempenha, é candidato a Vice-Prefeito na cidade de Mairinque, estando, dessa maneira, gozando das imunidades que a lei lhe confere pela sua condição de candidato a Vice-Prefeito. São atos gravíssimos, que estão a exigir, de quem de direito, as providências cabíveis. No Estado de São Paulo, que S. Exa. defende, como Governador, como guardião da democracia que se intitula, contra o Governo Federal, como se explica esses atos de violência ocorram, violência que, por enquanto, ainda não foram emanadas do Poder Federal, que é tanto crítica, como nós também tivemos oportunidade de criticar quando esse Governo Federal mereceu.

O SR. RAUL SHWINDEN (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, o Sr. Governador do Estado tanto falou em chuva, chuvas, trovoadas e em Satanás, que a Secretaria da Segurança Pública se esqueceu de que ainda é livre a manifestação de pensamento, em nossa terra e que nós ainda vivemos numa democracia.

O Sr. Delegado da Delegacia Regional de Polícia de Guaratinguetá, Bel. Rafael Américo Ranieri, dirigiu, a 26 de setembro de 1963, a seguinte carta ao diretor do Jornal "O Município" de Guaratinguetá:

(Lê) "Solicito a V. Sa. a fineza de fornecer a esta Delegacia de Polícia a seguinte informação: Nomes, qualificação completa, ideologia, filiação partidária dos proprietários, diretores e redatores desse Jornal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de minha estima e distinta consideração.

(a) Bel. Rafael Américo Ranieri".

De modo que não é de se estranhar o ocorrido na cidade de Piracicaba. O Secretário da Segurança Pública se esquece realmente de que nós temos uma Constituição que deve ser respeitada. Nesse sentido, peço também a V. Exa. que, na reunião de líderes, tome conhecimento deste documento para as necessárias providências.

Com relação à greve dos ferroviários, devo, em primeiro lugar, agradecer as referências do deputado Paulo Planet Buarque a um membro do Partido Socialista Brasileiro.

A respeito da ida dos deputados, devo informar a V. Exa. que, ontem, por volta das 10 horas, dirigi-me àquela sindicata e lá permaneci até as 3 horas da madrugada. Os servidores que se encontram em greve lá se encontravam dentro do maior respeito à ordem e dentro da maior disciplina, aguardando a volta dos deputados e de uma possível resposta do Sr. Governador do Estado. A greve tinha sido realmente decretada, mas eles desejavam a resposta. E os trabalhadores, que lá se encontravam, à meia-noite entoavam o "Hino Nacional", como manifestação de respeito às nossas instituições e de amor profundo ao Brasil.

Sobre a comunicação que deveria ter sido feita, parece-me que a Secretaria da Segurança Pública também é a culpada, no caso, porque os telefones do sindicato foram desligados. A prova disso são os jornalistas que lá se encontravam, e permaneci durante quase todo aquele tempo ao lado dos jornalistas e ao lado do jornalista do "O Estado de São Paulo", que para comunicar à redação as notícias a respeito da greve teve necessidade de sair do sindicato e dirigir-se a um bar, porque o telefone do sindicato havia sido desligado. Só depois de reclamação é que a comunicação foi novamente restabelecida. A culpa desse desconhecimento cabe naturalmente à Segurança Pública, que teria desligado o telefone daquele sindicato.

O SR. ESMERALDO TARQUÍNIO (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, devo fazer uma comunicação de que a comissão especial, designada pela Assembleia, para tratar do assunto do congestionamento do Porto de Santos, reuniu-se às 16,30 horas, com a maioria dos seus membros, e elegeu, para seu presidente, o nobre deputado Cid Franco, para seu vice-presidente, o nobre deputado Oswaldo Martins.

A Comissão já tomou diversas providências e já iniciou o seu trabalho.

Era esta, Sr. Presidente, a comunicação que desejava a fazer.

Sobre o assunto que trouxe vários oradores à tribuna — o das violências que vêm sendo cometidas em razão da greve deflagrada pelos ferroviários, pelos empregados do DER e pelos elementos do DAE — devo dizer a V. Exa., Sr. Presidente, que espero — pois reconheço em V. Exa. um guardião do regime — espero, sem maiores temores, que V. Exa. providencie para que o Sr. Governador seja recolocado na sua condição de Chefe do Poder Executivo desta unidade da Federação, eis que já previmos o que aconteceria, dadas as declarações de S. Exa., as ameaças de S. Exa.

Mas, Sr. Presidente, quando a polícia, que para esses casos já tem, em envelopes fechados, planos pré-estabelecidos para serem seguidos, no sentido de investir contra as liberdades de reunião, de manifestação e mesmo de reivindicação através da paralisação do trabalho, quando conhecemos que a Secretaria da Segurança Pública até pôs em função o conjunto de 3 planos: